



Resenha:

Santos, Wanderley Guilherme dos.. *O paradoxo de Rousseau: uma interpretação democrática da vontade geral*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

Wanderley Guilherme dos Santos e o compromisso romântico da democracia

Clayton Mendonça Cunha Filho*

Conforme o posfácio escrito pelo próprio Wanderley Guilherme dos Santos (WGS), *O paradoxo de Rousseau* é um ensaio escrito de forma bastante anti-convencional relativamente à estruturação de textos acadêmicos. Originado, ainda segundo o posfácio do autor, de *insights* esparsos agregados em aulas e conferências durante muito tempo, o livro divide-se em três partes que, embora relacionadas, podem também ser lidas de maneira relativamente independentes.

Na primeira parte, intitulada “A longa marcha da democracia brasileira”, WGS discorre sobre o longo processo, cheio de idas e vindas, que separa o primeiro voto à eleição para a Assembléia Constituinte de 1891 até a efetivação da democracia plena no Brasil em 1985, quando foram abolidas as últimas qualificações excludentes à cidadania eleitoral. Primeiramente, excluía-se analfabetos, mulheres e cidadãos abaixo de determinada renda. Abolido o quesito censitário logo cedo, somente em 1934 se estabeleceu o sufrágio feminino, mas a exigência de alfabetização continuou a excluir enorme contingente de potenciais eleitores até finalmente ser abolida em 1985. Entretanto, estabelecida a democracia, poucos estariam plenamente satisfeitos, fenômeno não apenas brasileiro, mas mundial.

O que estaria, então, a gerar o descompasso entre instituições democráticas plenamente funcionais e a insatisfação geral com o sistema? WGS identifica dentre as causas o fato de que as demandas humanas são infinitas e novas demandas surgem quase *pari passu* à atenção das anteriores e a democracia é justamente o regime por excelência onde demandas são legitimamente apresentadas moto contínuo, tema a que retorna em mais detalhes no epílogo do livro. Mas para além dessa insatisfação saudável e inerente, o caso brasileiro teria ainda demandas básicas reprimidas de universalização efetiva dos direitos constitucionais garantidos na lei e que ainda seriam desfrutados de forma não-universal, restringidos ou facilitados por contingências geográficas ou sociais. O que não obstante não tem se traduzido em descrença institucional generalizada, conforme atestado pelo alto comparecimento eleitoral brasileiro, mas tem sido utilizado por alguns para pregar por uma democracia radical e “verdadeira” sem a “traição” das instituições representativas, o que, para WGS, esconde sob essa aparentemente salutar bandeira sua lógica e razões autocráticas.

Nesta seção, WGS discorre ainda sobre as equivocadas previsões acerca da democracia de século e meio passado de que a extensão do sufrágio à universalidade conduziria inequivocamente ao socialismo, porquanto daria o poder político às massas

* Mestrando em Ciência Política pelo IUPERJ e pesquisador-assistente do Observatório Político Sul-Americano

trabalhadores que, inexoravelmente, o utilizariam para uma radical redistribuição de renda, o que obviamente não ocorreu. Após a segunda guerra, a certeza era de que com o fim do colonialismo democracias se espalhariam como flores pelo mundo, o que tampouco se materializou, e com a onda de (re)democratizações das últimas décadas, as previsões davam conta de que as democracias dariam conta de mitigar as injustiças sociais, expectativa novamente frustrada.

Discordando do senso comum (incluído o senso comum douto) que atribui muitas vezes o descompasso entre os resultados esperados e os obtidos com a democracia a uma suposta falta de participação e fiscalização cívica, WGS apresenta evidências de que, na verdade, a participação política brasileira tem de fato crescido e nossa democracia seria razoavelmente satisfatória, dispensando assim do que ele chama das prescrições do autocratismo iluminista-rousseauiano, ao qual ele se volta na segunda parte do livro nas por ele chamadas “cartas democráticas sobre a vontade geral”.

WGS começa por discorrer sobre o exemplo da Atenas clássica, freqüentemente invocado como ideal de democracia direta e permanente, mas cujo exemplo é, segundo ele, muito mais utilizado como mito que como verdade histórica devido às próprias controvérsias ainda existentes entre os helenistas sobre em que de fato consistiu a democracia grega. Após essa breve digressão (se é que assim pode ser chamada), o autor começa a abordar diretamente Rousseau e os pressupostos de seu conceito de vontade geral, embora deixe claro estar tratando do pensador genebrino, mas tendo por alvo, na verdade, pressupostos mais gerais da estrutura intelectual do iluminismo que estão bem patentes no conceito analisado.

O paradoxo de Rousseau que dá título ao livro e dificulta as deliberações em democracias, tornando a chegada a uma vontade geral empreendimento hercúleo, seria que o que desejamos enquanto soberanos, tentamos ao máximo evitar enquanto súditos. Desejamos mais e melhores serviços públicos, mas procuramos evitar ser tributados. Queremos uma distribuição de renda igualitária, mas tendemos a evitar redução na nossa. No conceito rousseauiano de vontade geral, conforme exposto por WGS, esta poderia ser aferida por apenas dois métodos que requereriam da participação plena de todos os cidadãos da comunidade. O primeiro, um processo sucessivo de votações onde todo e qualquer dos votantes tem o direito de vetar proposições que lhe prejudiquem até que, por seguidas eliminações, reste uma proposição não contraditada por ninguém. O segundo, o método por excelência a atestar com segurança o encontro da vontade geral pelos cidadãos, a aceitação unânime. E métodos aplicados, o critério de confirmação de que a vontade geral de fato vem governando determinada politéia seria, segundo Rousseau, o crescimento populacional.

Os problemas, segundo WGS, começam em que o primeiro método não traduz, necessariamente, a deliberação sobre um bem verdadeiramente público, podendo tão simplesmente significar a chegada a um bem particular, que somente traz benefícios a um (ou uns), mas que por não prejudicar aos outros não foi obstado. Relativo ao segundo, assente que uma decisão unânime diminui bastante a possibilidade de “erro”, mas se, e tão somente se, realmente contar com a participação de todos os cidadãos, o que considera impossível salvo sob pressão coativa estatal cuja intensidade necessária pode torná-la indesejável. Essa seria, para WGS, importante fantasmagoria a assombrar o rousseauianismo: quanto menor a taxa de coação num governo, menor a

probabilidade de que possa atuar segundo a vontade geral (e, portanto, maior a probabilidade de estar atendendo interesses particulares).

Além disso, mesmo que reduzida, a possibilidade de erro numa unanimidade não é extinta, sendo sempre possível uma situação em que todos se encontram de acordo em torno de algo que na verdade é uma quimera cujos efeitos podem ser negativos. O próprio Rousseau admite a possibilidade, embora tente negá-la com um sofisma, ao afirmar que o povo nunca se engana se delibera livremente e chega à vontade geral, mas pode ser levado ao engano de achar que chegou à vontade geral, sem na verdade tê-lo feito, pela ação de demagogos. O critério proposto para aferição da verdade anteriormente mencionado, a de que o crescimento populacional é prova de um bom governo, é extremamente simplista e apesar de poder ter feito algum sentido à época, quando a extinção da espécie por pestes e demografia decrescente eram possibilidades concretas e imediatas, hoje, cataclismos climáticos à parte, já não faz.

Estivesse se referindo exclusivamente a Rousseau, talvez fosse de fato dispensável como evidência das limitações da vontade geral boa parte da discussão levada a cabo na seção seguinte, mas como já mencionado anteriormente, WGS “atira” em Rousseau mirando no iluminismo. A seção se intitula, curiosamente, “O péssimo de Rousseau”, conceito elaborado por WGS como imagem invertida do “ótimo de Pareto”, situação na qual ninguém pode melhorar sua situação sem que para isso tenha que necessariamente prejudicar a outro. Assim, o “péssimo de Rousseau” seria uma situação em que ninguém pudesse melhorar sem com isso melhorar também, mesmo que em menor grau, a situação de outro que não coopere. Mas apesar de nomear a seção, o “péssimo de Rousseau” não se constitui no núcleo desta, que se orienta, na verdade, por uma discussão epistemológica em torno de alguns dos principais pressupostos da teoria Rousseauniana (e por extensão, iluminista), fundada na noção de que há uma Verdade com maiúscula a ser encontrada em algum momento e em princípios monocausais.

Essa monocausalidade seria, por exemplo, o que permitiria aferir pelo crescimento demográfico o sucesso da vontade geral. Mas como mostra WGS, efeitos semelhantes podem ser provocados por causas diferentes e causas semelhantes podem provocar efeitos diferentes, o que significa que o crescimento demográfico poderia estar acontecendo mesmo em um mundo não governado pela vontade geral.

Além disso, não sendo o mundo estático (salvo em pequenas comunidades isoladas), são possíveis situações em que: a) uma resposta incorreta, mantida por bastante tempo, pode gerar uma situação correta; e b) uma resposta adequada, mantida por bastante tempo, pode gerar uma situação indesejada. Esse seria um dos dilemas do conservadorismo: goste-se ou não, o mundo é dinâmico e as situações estão sempre mudando, ainda que a ritmos muitas vezes imperceptíveis e em detalhes muitas vezes imponderados. Assim, mudando-se as situações, mudam também os remédios prescritos e a não-adaptação a uma situação cambiante pode gerar – e normalmente gera – situações de calamidade. Seria essa, precisamente, uma das principais funções da política: buscar adaptar as políticas, leis, instituições de modo a melhor captar as viradas de ventos e capitalizá-las em resultados positivos.

Ao contrário da ordem e racionalidade implícitas nas visões de mundo iluministas, às quais se filia Rousseau, o mundo é, segundo WGS, caótico e mutante e grande parte dessa mudança deve-se muitas vezes mais à ignorância que à racionalidade. Por mais que a idéia de que planos humanos racionais orientam os processos sociais e as

mudanças, o autor chama atenção para o fato de que mesmo as ações racionais muitas vezes geram resultados diferentes dos almejados, comportando-se de formas imprevistas e muitas vezes imprevisíveis. Contingências governam o mundo tanto (ou mais) quanto as ações humanas e essas mesmas contingências determinam ou limitam os caminhos possíveis para esta. Os fenômenos sociais, como ressalta WGS, atuam em padrões rota-dependentes em que uma decisão em determinado momento fecha caminhos até então possíveis e abre novas possibilidades de desfecho, muitas das quais serão fechadas e jamais serão conhecidas por novas decisões, que por sua vez abrem outras possibilidades...

Wanderley Guilherme dos Santos termina a discussão do livro em um epílogo que nomeia de “O compromisso romântico da democracia”. Ele abre esse epílogo com a afirmação de que a “democracia é a única forma de exercício do poder político que reconhece como legítimas demandas a que não pode atender” (p. 143), sendo essa ao mesmo tempo uma das razões da força de seu apelo e do que ele classifica mais adiante como a “agonia democrática”. Conforme a frase pinçada do epílogo para a contra-capla do livro, a

subjetividade humana é como um impressão digital: não existem duas iguais. Por isso, a desigualdade no acesso à materialidade do mundo poderia, em tese, conviver com subjetividades satisfeitas de modo equivalente, embora diferenciado, desde que a democracia dispusesse da virtude de produzir natural compatibilidade entre os estados do mundo e os estados d’alma. Não dispõe (p.145).

O regime democrático tem legitimidade para exigir dos súditos assentimento e obediência às regras estabelecidas, podendo até mesmo utilizar de coerção para tanto, mas não pode nunca exigir concordância, como modelos autocráticos como o rousseauiano ou o estalinismo (que em determinado momento WGS sugere implicitamente como uma das possíveis conseqüências rota-dependentes do rousseauianismo levado às últimas conseqüências) o fazem.

Assim, a democracia enfrenta perenemente e de forma insolúvel o ‘problema’ dos irredentos, aqueles a quem a delegação de sua soberania a qualquer ente representativo não lhes parece legítimo e, portanto, rejeitam o próprio pacto inicial conformador da democracia. Conquanto sigam as regras estabelecidas, a democracia nada pode ou deve fazer-lhes ainda que atuem como agitadores buscando minar as bases da própria democracia. E não deve exatamente porque são esses mesmos irredentos que, nessa contestação constante do regime, nessa proposição incessante de demandas (ainda) insolúveis gera a citada agonia democrática, que é agônica, mas ao mesmo tempo criadora.

O livro pode ser entendido, assim, como uma espécie de manifesto democrático do autor, uma ode à democracia que não é, como muitos antes pensaram e tantos hoje ainda pensam a solução definitiva em si dos males do mundo, mas sim o melhor dos mundos políticos possíveis e que por se permitir legitimamente clamar por impossibilidades, segue movimentando-se em sua direção. Se é a democracia realmente isto, pode-se discordar e certamente muitos discordarão. Mas WGS defende seu ponto com convicção e maestria e por sua vivência e conhecimentos merece ser escutado.